STJ00071445

SUMÁRIO

Apresentação à 2.ª edição 9

Apresentação à 1.ª edição 11

1. **Princípios de direito penal** 25
   - 1.1 Conceito, alcance e relevância dos princípios 25
   - 1.2 Princípios constitucionais e infraconstitucionais 28
   - 1.3 Princípios explícitos e implícitos 28
2. **Princípio da individualização da pena** 30
   - 2.1 Conceito e importância 30
   - 2.2 Correlação com os demais princípios aplicáveis à pena 33
     - 2.2.1 Princípio da legalidade 33
     - 2.2.2 Princípio da isonomia 35
     - 2.2.3 Princípio da proporcionalidade 37
     - 2.2.4 Princípios da responsabilidade pessoal e da culpabilidade 39
     - 2.2.5 Princípio da humanidade 40
   - 2.3 Individualização judiciária da pena 44
3. **Conceito de crime** 45
   - 3.1 Considerações preliminares e delimitação do enfoque 45
   - 3.2 Tipicidade 46
   - 3.3 Ilicitude 47
   - 3.4 Culpabilidade 47
4. **Pena** 52
   - 4.1 Conceito 52
   - 4.2 Fundamentos 54
   - 4.3 Panorama histórico da pena 55
   - 4.4 Epílogo 71
5. **Legislação comparada** 87
   - 5.1 Itália 89

5.2 Alemanha 95
5.3 França 101
5.4 Espanha 106
5.5 Portugal 110
5.6 Chile 114
5.7 Paraguai 118
5.8 Argentina 123
5.9 Venezuela 126
5.10 Estados Unidos 131
5.11 Inglaterra e País de Gales 138
6. **Aplicação da pena** 146
6.1 Conceito e natureza jurídica 146
6.2 Circunstâncias que envolvem o crime 149
6.2.1 Tipo básico e tipo derivado 149
6.2.2 Circunstâncias judiciais 152
6.2.3 Circunstâncias legais 153
6.2.3.1 Agravantes e atenuantes 154
6.2.3.2 Causas de aumento e diminuição 155
6.2.3.3 Qualificadoras e privilégios 159
6.2.3.4 Existência de duas ou mais qualificadoras 160
6.2.3.5 Importância da abrangência do elemento subjetivo 161
6.3 Fases da aplicação da pena 163
6.3.1 Primária: eleição do *quantum* da pena prevista no preceito sancionador do tipo 163
6.3.1.1 Conceito de pena-base 163
6.3.1.2 Métodos bifásico e trifásico 164
6.3.1.2.1 Exceção quanto à pena de multa 167
6.3.2 Secundária: opção pelo regime de cumprimento da pena privativa de liberdade 169
6.3.3 Terciária: substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou multa, ou opção pela suspensão condicional da pena 169
7. **Fase primária, segundo o método trifásico** 170
7.1 Fixação da pena-base 170

7.1.1 Critério genérico: culpabilidade como elemento fundamentador e limitador da pena 170
7.1.1.1 Intensidade do dolo e grau da culpa 173
7.1.2 Critérios específicos referentes ao autor 175
7.1.2.1 Antecedentes 179
7.1.2.2 Conduta social 182
7.1.2.3 Personalidade 186
7.1.2.4 Motivos 198
7.1.3 Critérios específicos referentes ao fato 204
7.1.3.1 Circunstâncias do fato criminoso 204
7.1.3.2 Conseqüências do fato criminoso 205
7.1.3.3 Comportamento do ofendido 205
7.2 Aplicação das agravantes e atenuantes e seu *quantum* 208
7.2.1 Alcance das agravantes 210
7.2.2 Espécies de agravantes 211
7.2.2.1 Reincidência 211
7.2.2.2 Motivo fútil 220
7.2.2.3 Motivo torpe 223
7.2.2.4 Facilitação ou asseguração da execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime 225
7.2.2.5 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido 227
7.2.2.6 Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que pode resultar perigo comum 228
7.2.2.7 Ofendido ascendente, descendente, irmão ou cônjuge 231
7.2.2.8 Abuso de autoridade ou prevalência de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica 231
7.2.2.9 Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão 233

7.2.2.10 Ofendido criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida 236
7.2.2.11 Ofendido sob imediata proteção da autoridade 239
7.2.2.12 Ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou de desgraça particular do ofendido 240
7.2.2.13 Embriaguez preordenada 240
7.2.2.14 Agravantes em crimes envolvendo vários autores 241
7.2.2.14.1 Crítica ao título legal 241
7.2.2.14.2 Autor intelectual ou dirigente da atividade criminosa 241
7.2.2.14.3 Autor coator ou indutor da execução material do crime 242
7.2.2.14.4 Autor instigador ou determinante do cometimento do crime por alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal .. 242
7.2.2.14.5 Autor executor ou partícipe de crime cometido mediante paga ou promessa de recompensa 243
7.2.3 Alcance das atenuantes 244
7.2.3.1 Atenuantes nominadas e inominadas 244
7.2.3.2 Espécies de atenuantes nominadas 244
7.2.3.2.1 Autor menor de 21 e maior de 70 anos 244
7.2.3.2.2 Desconhecimento da lei 246
7.2.3.2.3 Motivo de relevante valor social ou moral 247
7.2.3.2.4 Arrependimento 248
7.2.3.2.5 Coação resistível 252
7.2.3.2.6 Cumprimento de ordem de autoridade superior 252
7.2.3.2.7 Influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima 253

7.2.3.2.8 Confissão espontânea 253
7.2.3.2.9 Influência de multidão em tumulto não provocado 256
7.2.3.3 Atenuante inominada 257
7.2.4 Compensação e *quantum* das agravantes e atenuantes... 260
7.2.5 Compensação das circunstâncias judiciais e legais 263
7.3 Aplicação das causas de aumento e diminuição da pena 264
7.3.1 Causas de aumento da Parte Geral 264
7.3.2 Causas de diminuição da Parte Geral 265
7.3.3 Causas de aumento e de diminuição da Parte Especial... 266
7.3.4 Compensação de causas de aumento e diminuição..... 266
8. Fase secundária: regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade 269
8.1 Regimes fechado, semi-aberto e aberto 269
8.1.1 Regime fechado 269
8.1.1.2 Regime disciplinar diferenciado 273
8.1.2 Regime semi-aberto 280
8.1.3 Regime aberto 281
8.2 Critérios de eleição do regime 283
8.3 Regime fechado inicial previsto na Lei dos Crimes Hediondos.. 288
9. Fase terciária: penas alternativas e suspensão condicional do cumprimento 294
9.1 Conceito e natureza jurídica das penas alternativas 294
9.2 Penas restritivas de direitos 295
9.2.1 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas 295
9.2.2 Limitação de fim de semana 298
9.2.3 Interdição temporária de direitos 299
9.2.3.1 Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo 299
9.2.3.2 Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público 299

9.2.3.3 Suspensão da autorização ou de habilitação para dirigir veículo 300
9.2.3.4 Proibição de freqüentar determinados lugares 300
9.2.4 Prestação pecuniária 301
9.2.5 Perda de bens e valores 303
9.3 Multa substitutiva 304
9.4 Suspensão condicional da pena (*sursis*) 306
9.4.1 Conceito e natureza jurídica 306
9.4.2 Condições 307
9.4.3 Importância e critério de eleição do benefício 308
10. Parâmetros da individualização da pena 309
10.1 Política de aplicação da pena mínima 309
10.2 Possibilidade de fixação da pena em grau máximo 314
10.2.1 A inconstitucionalidade da pena-padrão da Lei dos Crimes Hediondos 323
10.3 Limite máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade e inadequação do sistema penal para lidar com a delinqüência perigosa 324
10.4 Penas alternativas e multa: prós e contras 330
10.5 Individualização da medida de segurança e juízo de periculosidade 338
10.6 Fundamentação da individualização da pena na sentença 343
10.7 A busca da pena justa 347
10.8 Conclusão sintética articulada 359
BIBLIOGRAFIA 363
APÊNDICE: PESQUISA REALIZADA NA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO PAULO 379
1. Cominação da pena 380
2. Fundamentação da aplicação da pena 381
3. Forma de cumprimento da pena 384
4. *Sursis* 385
5. Pena alternativa 386
6. Penas privativas de liberdade 388
7. Multas 392
8. Restrição da liberdade 395
9. Agravantes/Atenuantes 396